

OFICINAS COMUNITÁRIAS DE PROJECTO: ARTE PÚBLICA, NO BAIRRO DO PICA-PAU AMARELO

Ana Isabel Ribeiro⁵⁰
Sérgio Vicente⁵¹

Arte e comunidade na regeneração de Almada Poente

É nossa intenção expor as bases programáticas para um projecto no âmbito da arte pública e participação cidadã no Bairro Amarelo, num contexto de transformação e regeneração urbanas no Concelho de Almada.

Em 2004 protocolou-se entre a Câmara Municipal de Almada e o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), a implementação de um Programa Integrado de Regeneração Urbana designado “Almada Poente”. O seu objectivo é executar um plano de recuperação e reconversão urbana para uma área delimitada dentro do antigo Plano Integrado de Almada, comumente referenciada como a área do PIA, com base nos financiamentos do QREN—Polis XXI.

No mapa do concelho de Almada, o PIA está situado nos limites da chamada área de expansão urbana da cidade, encaixado entre as freguesias do Pragal e Caparica

⁵⁰ Ana Isabel Ribeiro

Licenciada em História (FLL, 1982) e Mestre em História da Arte Contemporânea (FCSH, 1994). Directora da Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea (C.M.Almada), desde 2002, onde para além da programação geral, tem à sua responsabilidade a produção, gestão e difusão da Arte Pública. Neste âmbito tem participado como em várias conferências nacionais e internacionais. Participa em projectos informais de investigação em torno do Desenho contemporâneo. Escreve regularmente textos para catálogos de exposições.

⁵¹ Sérgio Vicente

Docente [categoria de Assistente] na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, desde 2001. Licenciado em Artes Plásticas – Escultura, pela mesma Faculdade. Mestre em Design Urbano pela Facultad de Belles Arts da Universitat de Barcelona. Frequentou desde 2004 o programa de doutoramento “Espacio Público y Regeneración Urbana. Arte, teoría y conservación del patrimonio” na mesma faculdade, tendo obtido o grau de Suficiência Investigadora [DEA]. Vem estado ligado a projectos de investigação na FBA.UL e na FBA.UB relacionados com escultura e espaço público. Frequentou ainda, pós-graduação em Escultura na Universidade de Belas Artes e Música de Tóquio e pós-graduação em Design Urbano organizada por CPD e UB. Foi bolsheiro da Fundação Calouste Gulbenkian, da Fundação Oriente, e do Ministério da Educação do Governo do Japão. Actividade artística regular desde 1996. Tem desenvolvido diversos projectos de intervenções urbanas, sejam a título individual ou em equipa para entidades públicas e privadas.



em linha contínua de expansão da cidade de Almada paralela à linha de água do rio Tejo em direcção ao mar. É um território que vem sendo marcado pelo isolamento, restringido pelas características orográficas do terreno onde está implantado e pelas grandes infra-estruturas ferroviárias e viárias que o circundam.

As políticas de habitação do governo de Marcelo Caetano, a partir de 1969, lançaram as bases para o chamado Plano de Ordenamento do Território, incrementado pelo Fundo de Fomento da Habitação (1969-1982). “Este organismo foi incumbido da realização dos designados Planos Integrados, localizados em zonas de desenvolvimento preferencial, articuladas com pólos de emprego industrial e procurando induzir a reconversão urbanística das áreas degradadas periféricas aos centros urbanos e a disciplina urbanística das áreas sujeitas à forte pressão imobiliária (...)” (Costa, 2005).

A 23 de Agosto de 1971 foi publicado, pelo Ministério das Obras Públicas, o Decreto nº 361/71 que definia um conjunto de medidas cautelares que incidiam numa área do concelho de Almada com cerca de mil hectares, delimitada, a norte, pelo rio Tejo e então pelos limites da Trafaria, a leste pela auto-estrada, a sul, pela via rápida da Costa de Caparica e, a oeste, pelas arribas da Costa de Caparica. Foi então criado um grupo de trabalho multidisciplinar coordenado pelo Arquitecto Urbanista Luís Vassalo Rosa entre 1971 e 1982.

Os objectivos básicos que o PIA procurava então assegurar eram os seguintes: o “Alojamento da população carenciada do Concelho de Almada numa estrutura urbana” que garantisse “qualidade de vida, mas proposta como estrutura de suporte adaptável à progressiva apropriação pela população”; a “Articulação com os meios de produção implantados e integração nos sectores de ordenamento regional”; a “Implantação de uma rede adequada de infra-estruturas e equipamentos regionais e locais”; o “Aproveitamento dos recursos naturais, salvaguarda da estabilidade biofísica e protecção do património cultural”; o “Reordenamento e reconversão das áreas rurais em processos de abandono e de degradação”; e, ainda, a “Participação da população.” (Fundo de Fomento da Habitação, 1983)

Data de 1971 a elaboração do Plano Integrado do Núcleo do Monte de Caparica, homologado no ano seguinte. Em 1973 foi aprovado o Plano da 1ª Fase, apenas iniciado em 1975 com a construção de 1009 fogos do Bairro Amarelo. Em 1976 tiveram início as obras de construção das 1077 habitações do Bairro Branco (na encosta sul) e, em 1980, foi iniciada a edificação dos aglomerados previstos para o Bairro Rosa. No ano anterior verificou-se o realojamento das primeiras famílias em fogos definitivos do PIA.

O PIA sofreu ao longo da sua implementação atrasos e recuos, que se foram

reflectindo progressivamente na diminuição dos recursos empregues. As causas poderão estar no esforço de guerra em África e nas sucessivas alterações das políticas urbanas e sociais após 25 de Abril de 1974. Até à criação do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) em 1987, a zona de intervenção do PIA, em lenta implementação, foi-se transformando num local de grande concentração de grupos socialmente muito carenciados (Costa, 2006). A primeira ocupação foi feita por comunidades com forte carácter comunitário, provenientes de Almada, da grande Lisboa e retornados das ex-colónias. A partir de meados dos anos 80, de então, estendendo-se para os anos 90, a ocupação é mais diversificada devido às alterações dos modelos de promoção da oferta habitacional, o que fez com que se instalassem no bairro outras etnias migrantes e comunidades gitanas (Câmara Municipal de Almada, 2006a). Hoje, o bairro Amarelo é a zona de maior densidade demográfica da freguesia de Caparica, diferenciando-se dos outros bairros do PIA pela elevada diversidade social, económica e étnica.

No plano de acção “Almada Poente, Regeneração para uma Nova Centralidade” sobressaem os seguintes eixos prioritários de intervenção urbana: “constituição do Centro Cívico do Fróis; reforço e qualificação da rede local de equipamentos; inserção profissional das populações; e qualificação dos espaços públicos dos Bairros Amarelo e Filipa d’Água”. Nesse mesmo documento é salientado que, na qualificação dos espaços públicos de bairros problemáticos, tem de haver uma forte aposta na qualidade do desenho dos mesmos (Câmara Municipal de Almada, 2008). Consideramos que no contexto deste Plano de Acção estão criadas as condições para a concretização de um projecto artístico comunitário no Bairro Amarelo. Assim, é nosso propósito, usando as ferramentas disciplinares do desenho urbano, trabalhar na real qualificação do espaço urbano através da arte. Ou seja, dar espaço para a afirmação pública da identidade colectiva que o Plano Estratégico apresenta como objectivo de relevo e a administração local vem enunciando ao longo dos últimos trinta anos, ao promover de forma consistente a introdução da arte pública de cariz monumental e evocativo no espaço urbano concelhio.

Almada e os seus monumentos, cidade de resistência

A cidade de Almada é referida como sendo um município com uma larga tradição de monumentalização do espaço público. Para José Guilherme de Abreu (2004) “não é certamente por acaso, que um dos mais importantes, persistentes e coerentes programas de inserção de obras de arte nos espaços públicos em Portugal, ocorra em Almada.” Nesta cidade a arte pública tem vindo a afirmar-se como um importante veículo de afirmação dos valores democráticos herdados da revolução de 74, e na qual, a estabilidade governativa de trinta e cinco anos de poder local possibilitam a permanente confrontação com a história da democracia ao nível local e das suas representações ideológicas.

Estamos a falar de um “programa” assente num forte carácter rememorativo, que traz ao desenho do espaço públicos valores partilháveis por uma considerável parcela da população. O arquitecto Ignasi de Lecea (2000) referiu que “todo o programa monumental, de consolidação de elementos de memória, precisa de um programa político implícito.” Neste sentido, a abordagem sistémica à relação privilegiada entre o poder local, como agente mais próximo da realidade urbana e social e o campo da criação plástica, quando esta trabalha sobre o lugar comunitário,

poder-nos-á esclarecer quanto à forma como a arte pública é entendida no contexto das políticas culturais dos municípios. Sabemos que nas democracias representativas a deliberação ao nível do desenho urbano está depositada nas estruturas do poder administrativo. As tomadas de decisão sobre as intervenções no espaço urbano são normalmente deixadas para os decisores políticos, sendo as comunidades formalmente consultadas. Sabendo à partida que o poder local democrático na sua génese (falamos a partir de 1976), foi assumidamente um movimento impulsionador de grandes avanços na salubridade e qualidade de vida das populações e, atendendo à continuada afirmação do neo-liberalismo global, no qual, o Local, a cidade, tem de ser encarada como produtora de serviços e mercadorias transaccionáveis, poderemos considerar o programa de arte pública de Almada como acção ideológica de resistência (Vicente, 2007). E, desta forma, criam-se as bases político-administrativas para a permanente afirmação pela arte pública de uma identidade colectiva bem architectada e bem alicerçada nos valores democráticos que o Poder Local ainda vem representando em Almada.

Um projecto comunitário para o Bairro Amarelo

Com este projecto, procuramos novos enquadramentos operativos para a arte pública, baseados na reafirmação do papel da comunidade no reforço dos valores intrínsecos do Poder Local, assumindo-se este como a grande estrutura administrativa de proximidade com a cidadania.

Através de um processo inédito no concelho de Almada, propomos a implementação de um projecto comunitário de arte pública, consubstanciando propostas de elementos artísticos de referência comunitária e urbana no futuro Centro Cívico do Fróis, contíguo ao Bairro Amarelo. Desenvolvido ao longo de um ano, o projecto organiza-se em torno da preparação, aplicação e avaliação de uma metodologia participativa de workshops, a que chamamos Oficinas comunitárias de projecto (OCP's), nas quais as competências a desenvolver estão subjacentes ao trabalho artístico.

Para isso, será necessário desenvolver estratégias de acção cultural próximas de uma comunidade vulnerável e diversificada, “que se caracteriza por baixos rendimentos, baixas qualificações escolares, e baixos níveis de competências pessoais, sociais e profissionais, (...) uma situação de forte heterogeneidade cultural, considerando a origem e os diversos percursos das famílias residentes, sendo expressiva a presença de famílias oriundas de países africanos de língua oficial portuguesa (Cabo Verde, Angola e Guiné Bissau) e de etnia cigana”. Estas famílias estão inseridas numa área urbana do concelho de Almada que reflecte as dificuldades de integração e coesão ao nível social e urbano. É na sua organização, um espaço físico que reproduz na degradação do seu espaço público os problemas ao nível social, económica e cultural de quem o habita (Câmara Municipal de Almada, 2008).

O trabalho a ser desenvolvido no bairro será realizado, fundamentalmente, com grupos inseridos nas comunidades educativa e associativa locais organizados em estruturas formais. O primeiro contacto com estes grupos vai ser feito a partir da mediação de técnicos municipais inseridos em estruturas que trabalham com as populações. Esta estratégia adoptada resulta do reconhecimento do trabalho que a Câmara Municipal de Almada, através da Divisão de Acção Social, vem desenvolvendo de apoio às associações e colectividades do Bairro Amarelo.



Este programa nasce da proposta do Centro de Investigação em Belas Artes (CIEBA) da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa à Câmara Municipal de Almada, que através das competências da Casa da Cerca — Centro de Arte Contemporânea, entidade responsável ao nível municipal pela promoção, difusão e manutenção da arte pública, desenvolver estratégias de acção cultural próximas da população, com o objectivo a médio prazo, de desenvolver, implementar e avaliar um projecto de arte pública comunitário. Por outro lado, e em complemento, pretende desenvolver um modelo teórico no âmbito do qual se problematize o papel do artista como mediador entre administração local e comunidade em processos de regeneração urbana, a partir do caso concreto de Almada Poente.

De acordo com as ideias da escultora Núria Ricart (2009), tendo como referência a sua participação no projecto Cartografias de la Mina, o projecto de participação deve estar orientado para a detecção de problemas resolúveis; deve incidir directamente na melhoria da envolvente construída; e revalorizar a imagem do território, especialmente através do resgate da sua memória. Antoni Remesar (2005) no contexto operativo do projecto de Sant Adrià de Besòs: Usos sociais do Rio Besòs, propõe-nos o desenvolvimento de uma estratégia de intervenção que leve a que se desenvolva um processo participativo de tomada de decisões sobre os projectos administrativamente já delineados sobre os usos sociais do último troço do rio Besòs. Acerca do modelo proposto refere que “Habitualmente los procesos de participación ciudadana se plantean desde perspectivas metodológicas propias de las ciencias sociales y de la praxis política. Por lo general estos procesos se convierten en actividades de detección de problemas y de consulta de las posibles soluciones a los mismos y la participación de los ciudadanos queda limitada a estos dos polos del proceso de toma de decisiones sobre los problemas.

El taller introduce como núcleo de su actividad la metodología de proyecto. Esta metodología ha sido propia hasta el momento de algunas disciplinas como la arquitectura, el diseño o la ingeniería, y más recientemente se ha extendido a una



parte importante de los ámbitos de gestión, tanto en la empresa privada como en la administración pública.” Cremos que o uso da metodologia projectual associada à experimentação artística e apostando num modelo reflexivo, de análise permanente do trabalho que vai sendo realizado em grupo, possibilitará a criação de modelos de estudo e avaliação sobre a forma como o grupo de actores concebem o território ao nível cognitivo; e, de uma forma mais empolgante, permitirá acompanhar os reflexos críticos da discussão colectiva sobre uma proposta de obra artística que venha a ser posteriormente implantada no solo do bairro.

A natureza da obra estará programaticamente alicerçada numa visão política do Multiculturalismo — que o município apresenta como identidade concelhia — e de forma descomprometida o projecto deverá contribuir para a construção de um modelo multicultural, reconhecível e discutido na documentação do Estudo Estratégico de Almada Poente. “A multiculturalidade traduz, não a coexistência cultural, mas a sua diluição num novo modelo cultural, pressupõe a constatação e o reconhecimento das diferenças entre culturas, a integração e partilha de elementos culturais diversificados para a criação de algo novo e a ausência de conflito. Enquanto as populações residentes na AI (Área de Intervenção) continuarem encerradas sobre si não podemos falar de multiculturalidade” (Museu Cidade de Almada, 2008). O trabalho de projecto comunitário deverá reflectir os resultados de uma efectiva partilha entre residentes do bairro. Ou seja: de que modo a diversidade se expressa no mundo vivido, na experiência de vida daqueles que habitam o Bairro Amarelo e, naturalmente, na forma como esta realidade contribui para a construção de uma nova dimensão simbólica e identitária. Enquanto reflexo da comunidade no seu todo.

A dimensão especulativa da obra está implícita no modelo de trabalho oficial, um quadro operativo estruturado em torno da percepção que os habitantes têm do



território que habitam: num primeiro momento, a maneira como interpretam os limites territoriais do seu bairro; os modos de definir o centro geográfico ou urbano; a constatação dos limites e a posição periférica que este tem em relação aos outros bairros congénitos, o Branco, o Rosa, no seio do PIA; ou a sua posição periférica em relação à área urbana da cidade de Almada.

Num segundo momento, construir um discurso poético em torno das trocas interpessoais que se estabelecem nos lugares de transição entre o privado e o público, como os espaços semiprivados que são as soleiras dos prédios ou os semipúblicos como as galerias ou passeios. Sociabilidade alternativa estabelecida nos lugares de transição como matéria moldável na construção conceptual da obra. No fundo, as oficinas estão pensadas como espaços privilegiados de debate, com o objectivo de desenvolver diferentes propostas de “desenho” que venham a reflectir, de forma transversal, as questões levantadas com a reconfiguração urbana em curso.

As oficinas procurarão, assim, dar atenção à necessidade de explorar diferentes plataformas criativas de comunicação visual e escrita. Baseiam-se, por isso, na assunção do cruzamento do saber artístico e científico ao nível do projecto de arte pública que, ao ser aplicado no âmbito da acção local numa perspectiva de participação cidadã, recorre a ferramentas da arte, do design e das ciências sociais. Assim, implica o envolvimento de todos os agentes — artistas, designers, antropólogos, animadores culturais, agentes camarários, representantes associativos e cidadãos — na discussão das propostas e na implementação destas no espaço urbano, uma vez que a arte, como instrumento da sustentabilidade das cidades, deverá promover o envolvimento (responsabilização) dos decisores autárquicos e das pessoas do lugar, no desenho do seu espaço comum, em estreita articulação com os recursos necessários à concretização do projecto artístico.

Partindo destes pressupostos, o trabalho participativo de desenho para o espaço público implica, por parte dos mediadores, por um lado, o fomento das práticas colectivas e de trabalho interpessoal, diluindo o valor da autoria no resultado final, e, por outro, chamar públicos específicos e influentes relacionados com temáticas enquadrantes. Para além disso, há também que desenvolver mecanismos para aumentar o nível de recepção das propostas, para que a comunicação seja ampliada e se fomente activamente o debate público.

No que diz respeito ao enquadramento do indivíduo/ cidadão nas oficinas, consideramos fundamental que estes sejam constituídos por grupos de cidadãos voluntários dispostos a envolverem-se num trabalho de equipa multidisciplinar. Isto, numa perspectiva interdisciplinar, com o claro objectivo de trazer ao grupo a experiência de outras áreas do saber em complemento à experiência do desenho urbano. O trabalho deverá ser desenvolvido a partir do contacto empírico com as diversas dimensões do território e que esta experiência contribua para desenvolver nos participantes apetências criativas e artísticas.

As oficinas só poderão ser o reflexo da real participação dos cidadãos se se levar em conta a necessidade de enquadrar os cidadãos com as propostas que vão reconfigurar o bairro. Ao mesmo tempo, há que estabelecer objectivos claros com a realização do projecto; e, neste sentido, as oficinas devem ter um fim reconhecível e previsível. É no seu âmbito que se deverá actuar colectivamente para a transformação simbólica e real do espaço colectivo e participar de forma activa no esclarecimento público sobre o programa de regeneração do bairro.

Notas finais sobre arte e comunidade

Sinteticamente, com este programa esperamos os seguintes resultados no campo da arte: produzir “objectos” artísticos que se poderão consubstanciar num monumento, nas suas diversas condições funcionais e materiais; colocar nas mãos da comunidade local a possibilidade de desenvolver projectos comuns a partir de uma matriz comunitária; consolidar métodos de trabalho no campo artístico que pressuponham o envolvimento do artista como mediador entre comunidade e poder local.

Também esperamos que no final da implementação do projecto de “monumento” e da avaliação dos seus resultados, tenhamos conseguido delinear, no campo teórico, uma estratégia geral para o uso da arte como motor para o envolvimento efectivo da comunidade local nos processos de regeneração urbana. Ou seja, uma estratégia onde estejam definidas de forma clara: as linhas de acção metodológicas ao nível da inter-relação entre arte pública e participação cidadã numa visão sustentável do espaço público; a hierarquização dos lugares e tipologia de intervenção, de acordo com programas de implementação de arte pública já definidos ou/e em desenvolvimento nos municípios; e, as regras de actuação, ao nível comunitário, dos artistas como mediadores, e dos agentes e entidades envolvidas na requalificação do espaço público.

No entanto, os projectos artísticos desenvolvidos de forma consciente ancorados na em processos participativos, carecem de uma definição clara quanto ao enquadramento conceptual da Participação. Para Moreno e Pol (1999), o conceito

remete-nos para duas possibilidades operativas: a primeira “está relacionada com um estado ideal de envolvimento social, de partilhar experiências ou decisões. Um estado consequente de sentir-se ‘parte de...’ (...); a segunda, refere-se a uma forma organizada, colectiva ou de gestão, orientada a modificar determinadas condições. (...) A primeira tem um sentido mais estático e de usufruto, enquanto a segunda apresenta a participação em e para a mudança”.

Com este programa procura-se que o projecto seja um processo dialéctico de discussão colectiva, de apropriação e consciencialização da obra de arte como produto de um grupo heterogéneo de trabalho. As regras do desenho estão nas mãos dos especialistas, mas as motivações e as relações de pertença estão na vontade expressa por um colectivo de cidadãos, de partilhar, num determinado momento, as mesmas dúvidas, as mesmas desconfianças e as mesmas esperanças e, deste modo, paulatinamente, fortalecer os laços identitários entre cidadãos. Importa acrescentar que diferentes “acções” indissociáveis do universo artístico globalizado, têm vindo a conformar num público caracterizável e muitas vezes distante da comunidade local, a ideia da possibilidade de uma arte pública que é construída em torno de um lugar habitado e elevada, por esse facto, ao termo de Participação. Assim, a comunidade é relegada para a função de mero espectador passivo da acção e, no pior dos casos, é mais um “actor” numa encenação concertada e de efeitos previsíveis, tanto ao nível dos resultados plásticos, como do confronto com a realidade social que é zelosamente eleita como matéria moldável às aspirações artísticas.

O artista, nesta perspectiva, situa-se na óptica do “cultural network”, assume-se como produtor estritamente ligado à influência dos críticos e curadores, associando-se à ordem económica e de mercado da produção artística, convertendo o cidadão em mero receptor passivo de propostas ou soluções artísticas. O discurso artístico estabelecido vai sustentando a arte socialmente engajada, como verdadeiramente interventiva e promotora de mudanças radicais no tecido social e urbano. Uma arte pública de cariz actuante e politicamente seduzida, na qual a acção é construída como a própria obra, remetendo o artefacto para a efemeridade do tempo da acção. Esta postura perante o espaço comunitário é muitas vezes dita de ruptura perante a realidade; na verdade, o efeito catalisador do processo artístico acaba por levar os cidadãos envolvidos para um estado exemplar de colaboração; mas, o envolvimento social é auto-confinado ao acto colaborativo.

Por outro lado, a arte pública que coexiste com a transformação e mudança efectivas do espaço urbano, obedece a outros parâmetros de actuação: o empenho no estudo e nas práticas participativas como modelo de desenvolvimento sustentado para o espaço público, está intimamente ligado à necessidade de procurar na composição do agregado comunitário, os alicerces que vão dar fundamento à realização da intervenção artística. E, o grau de conhecimento e informação que uma comunidade tem do projecto é basilar no momento da acção, de forma a valorizar-se e a gerir-se correctamente no decurso da operação. Na definição do interesse estratégico do uso do processo participativo num determinado projecto há um espaço de incertezas, de hesitações, a dúvida entre as expectativas que a população desenvolve quando contactada e aquilo que os técnicos esperam que aconteça com o processo participativo; e, há ainda as dúvidas quanto aos efeitos concretos dessa participação nos resultados conseguidos (Moreno e Pol, 1999).

Nesta perspectiva, pensamos que a arte só poderá adquirir uma dimensão pública,

se os cidadãos quiserem de facto participar da construção simbólica do objecto artístico. A Arte pública não se resume ao simples facto de ser “pública”, já que, conceitos como Identidade ou Memória são pertença de uma comunidade e a obra só ganha validade social e urbana quando responde aos anseios mais triviais dos cidadãos e sabe acompanhar as naturais transformações urbanas, ajudando a redefinir os seus contextos. Para que isto aconteça, será necessário fornecer às pessoas do lugar as ferramentas necessárias para que elas próprias tenham um conhecimento efectivo sobre aquilo que é construído no seu espaço público e contribuir para que a comunidade local tenha um papel activo na construção simbólica do seu próprio espaço comunitário.

Bibliografia

- Câmara Municipal de Almada (2006a). Estudo estratégico de Almada Poente: fase 1 — Diagnóstico, Vol. 1. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Câmara Municipal de Almada (2006b). Estudo estratégico de Almada Poente: fase 1 — Diagnóstico. Vol. 2 (Aproximação a uma visão estratégica). Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Câmara Municipal de Almada (2008). Almada Poente: Regeneração para uma Nova Centralidade; Parcerias para a Regeneração Urbana: Bairros Críticos, Polis XXI. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Costa, Ana (2005). Da Construção Artificial aos Artíficos da Apropriação: Do Bairro à Cidade, Espaço e Cultura. Lisboa: FCSH, Universidade Nova de Lisboa (Tese de Mestrado em Antropologia do Espaço)
- Costa, Ana (2006). O espaço dos outros, Representações Sociais e Fronteiras num Bairro do Plano Integrado de Almada. Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, nº 18, pp. 37-57.
- Costa, A., Luzia, Â. & Julião, J. (2007). Associativismo e Cidadania. Almada: Museu da Cidade de Almada, (catálogo de exposição).
- Fundo de Fomento de Habitação (1983). Plano Integrado de Almada. Monte de Caparica – Portugal. Lisboa: FFH.
- Guilherme de Abreu, José (2004). Arte Pública e Democracia, in Ribeiro, Ana Isabel (org.), Arte Pública no Concelho de Almada. Almada: Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea.
- Lecea, Ignasi de (2000). Cultura, encargo, sítio, mecenato e comemoração na escultura Pública, in Brandão, Pedro & Remesar, Antoni (Org.), Espaço Público e a Interdisciplinaridade. Lisboa: Centro Português de Design.
- Moreno, Emília & Pol, Enric (1999). Nociones Psicosociales para la Intervención y la Gestión Ambiental. Monografies Socio/ Ambientals, nº 14. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona.
- Museu da Cidade de Almada (2007). Apontamentos sobre a estrutura da informação final da 1ª Fase de Diagnóstico para a Área de Intervenção de Almada Poente. Almada: Museu da Cidade de Almada/ Centro de Documentação.
- Remesar, A., Vidal, T., Valera, S., Salas, X. , Ricart, N., Sánchez, A., et al. (2004). Poblenu y La Mina [Barcelona], participación creativa con la metodología de las CPBoxes. On the Water fronts, Vol. 5. <http://www.ub.es/escult/Water/index.htm>
- Remesar, Antoni (2005). Arte contra el pueblo: los retos del arte público en el s.XXI. TXT Public Art Observatory Project. http://ub.academia.edu/AntoniRemesar/Papers/443843/Arte_contra_el_pueblo_los_retos_del_arte_publico_en_el_s.XXI
- Ribeiro, Ana Isabel (2005). Arte Pública no Concelho de Almada. On the Waterfronts, Vol. 7. <http://www.ub.es/escult/Water/index.htm>
- Ricart, Núria (2009). Art Públic, Regeneració Urbana i Participació. El Projecte Cartografies de la Mina. On The Waterfronts, Vol. 12. <http://www.ub.es/escult/Water/index.htm>
- Ricart, Núria (2009) Cartografies de La Mina: Art, Espai Públic, Participació Ciutadana (PhD thesis). Barcelona: Universitat de Barcelona.
- Vicente, Sérgio (2007). Monumento e Representação Social em Almada, 25 Anos de Poder Local, 1976-2001. On the water fronts, Vol. 9. <http://www.ub.es/escult/Water/index.htm>